



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE

Lei nº 232/2001

Em, 21 de Junho de 2001

Estabelece as Diretrizes,
Orientações e Metas
Orçamentárias para o
exercício financeiro de 2002
e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONDE, faz saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - As metas e prioridades da administração pública municipal, para o exercício financeiro de 2002, são:

- I – redução da mortalidade infantil, mediante a consolidação das ações básicas de saúde e saneamento;
- II – ofertas de vagas no ensino regular fundamental para todas as crianças em idade escolar;
- III – oferta de educação infantil em creches e estabelecimentos de ensino pré-escolar para todas as crianças de famílias carentes residentes no perímetro urbano;
- IV – desenvolvimento em articulação com os Governos Federal e Estadual de programas voltados a implementação de políticas de:
 - a) Bolsa escola;
 - b) erradicação do trabalho infantil;
 - c) preservação do meio ambiente;
 - d) construção de casas populares;
 - e) preservação do patrimônio histórico-cultural e artístico local.
- V – A despesa com o pessoal ativo e inativo, não poderá exceder os limites estabelecidos na Lei Complementar 101/2000;
- VI – A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como, a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive funções instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE

a) Se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, conforme dispõe o artigo 169 da Constituição Federal de 1988.

Art. 2º - Na elaboração do orçamento municipal para 2002 deverão ser observadas as seguintes orientações:

I – as despesas deverão ser orçadas a preços de junho de 2001;

II – o Chefe do Poder Executivo deverá encaminhar até 30 de junho do corrente ano, para a Câmara Municipal, a previsão de receita e respectiva memória de cálculo para o ano de 2002;

III – a Mesa da Câmara Municipal deverá encaminhar ao Prefeito Municipal até 31 de julho do corrente exercício, a proposta orçamentária relativa às dotações do Legislativo Municipal para o exercício de 2002, observadas as disposições do art. 29 A, CF, com a redação que lhe foi dada pela EC 25/00;

IV – o Prefeito deverá encaminhar à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2002 até 31 de agosto de 2001;

V – a Câmara Municipal deverá devolver para sanção do Senhor Prefeito o Projeto com os respectivos autógrafos até 15 de dezembro de 2001;

VI – o Prefeito deverá sancionar a Lei Orçamentária Anual e publicá-la até 31 de dezembro do corrente ano;

VII – a Lei Orçamentária Anual deverá ser acompanhada dos demonstrativos e anexos previstos no art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

VIII – na Lei Orçamentária, a receita prevista e a despesa fixada deverão obedecer a classificação constantes dos anexos 3 e 4 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;

IX – a Lei orçamentária anual deverá destacar as dotações do orçamento da seguridade social, identificando as fontes de recursos;

X – a Lei Orçamentária anual deverá consignar, sob o título de Reserva de Contingência, dotação genérica no valor de 5% da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício;

XI – para a reserva de contingência tenha realidade material, durante o exercício financeiro de 2001, só poderá ser comprometida 95% da receita corrente líquida com as despesas orçamentárias;

XII – Durante a execução orçamentária, a Reserva de Contingência só deverá ser utilizada para:



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE

- a) financiar passivos contingentes imprevisíveis ou de valor imprevisível quando da elaboração da Lei orçamentária;
- b) pagar despesas relativas a eventos extraordinários que representem riscos à vida, à saúde ou à segurança da população;
- c) cobrir frustração de arrecadação de receita de transferências que deveria ser empregada em projetos/atividades pertinentes às metas e prioridades da administração municipal fixadas para 2002.

§ 1º Não sendo sancionada e publicada a Lei Orçamentária Anual até 31 de dezembro do ano em curso o Orçamento das dotações relativas às atividades ou projetos pertinentes às metas previstas no art. 1º desta Lei poderá ser executado, como proposta, à razão de um, doze avos por mês.

§ 2º Até trinta dias a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Prefeito Municipal divulgará o Cronograma Mensal de Desembolso e as Metas Bimestrais de Arrecadação para o exercício de 2002.

§ 3º Ocorrendo frustração das metas bimestrais inferior à previsão, atos do Poder Executivo e da Mesa da Câmara Municipal determinarão a limitação de empenho observando-se que:

- a) a limitação de empenho ou, simplesmente, limitação de despesa deverá ser no montante equivalente ao da diferença entre a receita arrecadada e a prevista até o bimestre;
- b) caberá ao Poder Executivo limitar suas despesas em valor igual ao produto da multiplicação do percentual de sua participação determinado no orçamento, excluída a reserva de contingência, pelo montante determinado de acordo com a alínea "a" acima.
- c) caberá a Câmara Municipal limitar suas despesas em valor igual ao produto da multiplicação do percentual de sua participação determinado do orçamento, excluída a reserva de contingência, pelo montante determinado de acordo com a alínea "a" acima;
- d) as despesas com pessoal e encargos, bem como para o pagamento do principal e encargos da dívida não serão objetos de limitação;

Art. 3º - As ajudas e doações a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com a Lei Municipal específica a ser submetida a Câmara Municipal, até 31 de agosto do ano em curso, sancionada e publicada antes do início do ano de 2002.

Art. 4º - É vedado consignar, no orçamento municipal para 2002, dotações para subvenções econômicas.

Art. 5º - As subvenções sociais previstas no orçamento só poderão ser transferidas mediante Convênio, obrigando-se a beneficiária a prestar contas e obedecer na



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE

formalização do instrumento e na liberação de recursos as regras do art. 166, Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Art. 6º - A cada programa/subprograma das áreas de educação, saúde e assistência social previsto no orçamento, deverá ser associado um produto, medido segundo unidades não monetárias, tendo custo unitário estimado igual ao total das dotações previstas no orçamento no programa/subprograma dividido pelo número de unidades físicas previstas.

§ 1º - Por unidades físicas entende-se unidades do produto esperado pelo emprego de recursos públicos, exemplo: número de alunos matriculados; número de atendimentos odontológicos, número de consultas médicas, número de famílias assistidas etc.

§ 2º - Ao final do exercício, o custo unitário terá sido o valor da despesa realizada no programa/subprograma dividido pelo número de unidades produzidas.

§ 3º - Até 31 de janeiro de 2003, o Prefeito fará divulgar o custo unitário previsto, o custo unitário realizado, o produto por programa/subprograma, a quantidade estimada e a quantidade realizada.

§ 4º informar-se-á, também, o total das despesas realizadas pela administração pública e o total gasto na realização dos programas da área de saúde, educação e assistência social.

Art. 7º - O anexo I a esta Lei, estabelece para os exercícios financeiros de 2002, 2003 e 2004 as metas para:

- I. despesas e receitas;
- II. a dívida municipal em relação à receita corrente líquida;
- III. o resultado nominal;
- IV. o resultado primário;
- V. os passivos financeiros e permanentes.

Art. 8º - O anexo II a esta Lei demonstra o confronto entre as despesas fixadas e receitas estimadas no orçamento para o exercício de 2000 e as receitas e despesas efetivamente realizadas em 2000.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES DE ALMEIDA RIBEIRO
Prefeito



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE

PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL EM TERMOS DE DESPESA DE CAPITAL

| | |
|----|--|
| 01 | AMPLIAÇÃO E MELHORIA DAS INSTALAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL |
| 02 | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS ESCOLAS DA ZONA URBANA E RURAL, CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE ESPORTES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA ZONA URBANA E RURAL, CONSTRUÇÃO DE 01 CENTRO CULTURAL NA SEDE DO MUNICÍPIO, CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO NOS CAMPOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, MELHORAMENTO NO ESTÁDIO SEBASTIÃO RIBEIRO COUTINHO, INCLUINDO ARQUIBANCADA E MURO, CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHES NAS ZONAS URBANAS E RURAL, PERFURAÇÃO DE POÇOS HIDRÁULICOS NAS UNIDADES ESCOLARES, IMPLANTAÇÃO DA 5ª A 8ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL NO DISTRITO DE JACUMÃ E GURUGI. |
| 03 | CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO DE POSTOS DE SAÚDE NAS ZONAS RURAL E URBANA, RECUPERAÇÃO E/OU REFORMA DO CENTRO DE SAÚDE MUNICIPAL DE ACORDO COM A ORGANIZAÇÃO DA REDE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NA ZONA URBANA RURAL, AMPLIAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA ZONA RURAL E URBANA, CONSTRUÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS NA ZONA RURAL E URBANA |
| 04 | CONSTRUÇÃO DE COOPERATIVAS, CONSTRUÇÃO DE CASA DA TERCEIRA IDADE, CONSTRUÇÃO DE CENTRO SOCIAL, COMUNITÁRIO NA ZONA URBANA. CONSTRUÇÃO DE CENTRO INTEGRADO PROFISSIONALIZANTE |
| 05 | IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ELETRIFICAÇÃO NAS ZONAS RURAL E URBANA. CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS NA ZONA RURAL E URBANA, PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS URBANAS. DISTRITOS E POVOADOS, CONSTRUÇÃO DE TRAPICHE NA PRAIA DE JACUMÃ, CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CASAS POPULARES, ATERRO SANITÁRIO PARA ATENDER A ZONA URBANA, CONSTRUÇÃO DE USINA DE COMPOSTAGEM DE LIXO, CONSTRUÇÃO DE PORTAL NA ENTRADA DA CIDADE DO CONDE, COM BALAUSTRADA E PASSARELA NA PONTE DE ENTRADA À JACUMÃ, CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES, CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CEMITÉRIO |
| 06 | CONSTRUÇÃO DE GALPÃO PARA GUARDA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS |
| 07 | CRIAÇÃO DE ÁREA PARA ESTACIONAMENTO E URBANIZAÇÃO NAS PRAIAS DO LITORAL CONDENSE, CONSTRUÇÃO DE MUSEU DO MAR, CONSTRUÇÃO DE CAMPING, CONSTRUÇÃO DE TERMINAL TURÍSTICO EM PRAIAS DO LITORAL CONDENSE, URBANIZAÇÃO DA ENTRADA DA CIDADE DO CONDE |
| 08 | CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO, CONSTRUÇÃO DE TERMINAL PESQUEIRO COM APETRECHOS E EQUIPAMENTOS DE PESCA |
| 09 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, AMBULÂNCIAS, ÔNIBUS ESCOLAR, |



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE

| | |
|----|---|
| | TRATORES, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS, EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL |
| 10 | AQUISIÇÃO E/OU DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS |

Anexo I – Metas Fiscais

| Discriminação | Valores em R\$ 1,00 | | | |
|--|---------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
| Passivo Financeiro Total | 220.128 | 237.738 | 259.134 | 285.048 |
| Passivo Permanente Total | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesa Total (A) | 5.820.907 | 6.286.580 | 6.852.372 | 7.537.609 |
| Receita Total (B) | 5.839.846 | 6.307.033 | 6.874.667 | 7.562.133 |
| Resultado Nominal (C)= (B-A) | 18.939 | 20.454 | 22.294 | 24.524 |
| Despesas com Encargos e Amortização de Dívidas (D) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Rec.C/Juros, Amort. De Empréstimos ou rendas (E) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Primário (C) + (B) – (E) | 5.858.784 | 6.327.487 | 6.896.961 | 7.586.657 |
| Despesas Correntes | 5.445.543 | 5.881.185 | 6.410.493 | 7.051.543 |
| Pessoal | 2.379.570 | 2.569.935 | 2.801.230 | 3.081.353 |
| Material de Consumo | 817.991 | 883.430 | 962.939 | 1.059.232 |
| Serviços de Terceiros e Encargos | 1.362.374 | 1.471.364 | 1.603.787 | 1.764.166 |
| Diversas Despesas de Custeio | 82.312 | 88.897 | 96.898 | 106.588 |
| Transferencias Intragovernamentais | 297.533 | 321.336 | 350.256 | 385.282 |
| Transferencias a Instituições Multigovernamentais | 438.254 | 473.314 | 515.912 | 567.503 |
| Transferencias a Pessoas | 20.866 | 22.535 | 24.563 | 27.020 |
| Contribuição para o PASEP | 46.643 | 50.375 | 54.908 | 60.399 |
| Despesas de Capital | 375.364 | 405.394 | 441.879 | 486.067 |
| Investimentos | 346.204 | 373.901 | 407.552 | 448.307 |
| Inversões Financeiras | 29.160 | 31.493 | 34.327 | 37.760 |
| Contribuições a Fundos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 5.820.907 | 6.286.579 | 6.852.372 | 7.537.610 |
| Receitas Correntes | 5.825.806 | 6.291.870 | 6.858.138 | 7.543.952 |
| Receita Tributária | 456.231 | 492.730 | 537.075 | 590.783 |
| Receita de Contribuição | 31.234 | 33.732 | 36.768 | 40.445 |
| Receita Patrimonial | 14.636 | 15.806 | 17.229 | 18.952 |



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE

| | | | | |
|----------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Receitas de Serviços | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Transferencias Correntes | 5.194.465 | 5.610.022 | 6.114.924 | 6.726.417 |
| Outras Transferencias Correntes | 129.240 | 139.580 | 152.142 | 167.356 |
| Receitas de Capital | 14.040 | 15.163 | 16.528 | 18.181 |
| Operacoes de Crédito | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Alienação de Bens | 14.040 | 15.163 | 16.528 | 18.181 |
| Transferencias de Capital | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outras Transferencias de Capital | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | | | |
| Total | 5.839.846 | 6.307.033 | 6.874.666 | 7.562.133 |

ANEXO II - DEMONSTRAÇÃO DE METAS
FISCAIS DE 2000

| Discriminação | Estimado/Previsto | Realizado | Diferença | |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|-------------------|----------------|
| | | | Valor em R\$ | % |
| Despesas Correntes | 3.387.583,00 | 4.268.894,32 | 881.311,32 | 92,69% |
| Pessoal | 1.495.620,00 | 2.013.107,92 | 517.487,92 | 43,71% |
| Material de Consumo | 568.425,00 | 636.640,91 | 68.215,91 | 13,82% |
| Serviços de Terceiros e Encargos | 632.736,00 | 833.149,11 | 200.413,11 | 18,09% |
| Diversas Despesas de Custeio | 39.500,00 | 51.174,86 | 11.674,86 | 1,11% |
| Transferências Intragovernamentais | 194.106,00 | 275.493,83 | 81.387,83 | 5,98% |
| Transf. a Inst. Multigovernamentais | 361.696,00 | 405.790,30 | 44.094,30 | 8,81% |
| Transferências a Pessoas | 67.500,00 | 10.349,22 | 57.150,78 | 0,22% |
| Contribuição para o PASEP | 28.000,00 | 43.188,17 | 15.188,17 | 0,94% |
| | | | | |
| Despesas de Capital | 616.298,00 | 336.695,76 | 279.602,24 | 7,31% |
| Investimentos | 527.404,00 | 309.695,76 | 217.708,24 | 6,72% |
| Inversões Financeiras | 3.000,00 | 27.000,00 | 24.000,00 | 0,59% |
| Contribuições a Fundos | 85.894,00 | 0,00 | 85.894,00 | 0,00% |
| Total | 4.003.881,00 | 4.605.590,08 | 601.709,08 | 100,00% |
| | | | | |



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE

| | | | | |
|----------------------------------|--------------|--------------|------------|---------|
| Receitas Correntes | 4.003.881,00 | 4.505.936,27 | 502.055,27 | 99,71% |
| Receita Tributária | 240.000,00 | 413.816,92 | 173.816,92 | 9,16% |
| Receita de Contribuição | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Receita Patrimonial | 5.000,00 | 12.143,98 | 7.143,98 | 0,27% |
| Receitas de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Transferências Correntes | 3.630.881,00 | 3.962.678,45 | 331.797,45 | 87,69% |
| Outras Transferências Correntes | 128.000,00 | 117.296,92 | 10.703,08 | 2,60% |
| | | | | |
| Recetas de Capital | 0,00 | 13.000,00 | 13.000,00 | 0,29% |
| Operacoes de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Alienação de Bens | 0,00 | 13.000,00 | 13.000,00 | 0,29% |
| Transferencias de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Outras Transferencias de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| | | | | |
| Total | 4.003.881,00 | 4.518.936,27 | 515.055,27 | 100,00% |
| | | | | |